

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA DE MONTE CARMELO- MG

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

A **INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 90.909.631/0001-10, estabelecida na Rua Beco José Paris, nº. 339, Pavilhão 19 Cidade Porto Alegre – RS, vem muito respeitosamente perante V. Sª. Apresentar **IMPUGNAÇÃO** em relação ao Edital acima citado, pelos motivos e fatos que a seguir passa expor:

O Edital tem como objeto "...Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Equipamento/ Material Permanente, Visando a Conclusão do Objeto das propostas: 18593.103000/3140-01; 17490085000/1140-01; 17490.085000/1130-08, firmadas entre o Ministério da Saúde e o Município de Monte Carmelo MG, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual....".

I. IMPUGNAÇÃO

Porém ao analisar o mesmo, percebe-se um direcionamento nas descrições técnicas do **Item 07 (DEFIBRILADOR)** as quais diminui o número de participantes impedindo, portanto a competitividade e legalidade no certame, desta forma não nos restam alternativas a não ser impugnar o presente, para que as medidas cabíveis sejam tomadas, a fim de sanar os vícios que maculam o processo.

II. DO MERITO

Tendo interesse em participar do item **7 - DEFIBRILADOR** a Instramed fez a análise do descritivo onde no Instrumento Convocatório reza a seguinte descrição:

Desfibrilador externo automático - DEA. Compacto, leve, portátil, micro processado, com alça para transporte incorporada ao gabinete, adaptação em qualquer paciente crianças ou adultos. Tecnologia de onda bifásica exponencial trucada, conforme guideline 2015, permitir futuras atualizações de protocolos em qualquer local que esteja instalado. Projetado para atendimento em emergências cardíacas e aplicação com uso de pás adesivas, com indicação ilustrativa para o correto posicionamento. características e funcionalidades: - suporte básico avançado de vida, que deve vir com identificação visual através de etiquetas com leituras simbólica e numérica indicando passo a passo a sequência de R.C.P; -alarme de bateria fraca; - auxilio ao socorrista, indicação sonora para o ritmo da massagem cardíaca, com emissão de um bip orientando a velocidade adequada da massagem cardíaca a ser aplicada no tórax do paciente; - dispositivo de feedback de RCP utilizado para auxiliar o socorrista durante a RCP, indicando a frequência e profundidade das compressões torácicas, por comando de voz e indicador gráfico que mostra o nível da profundidade da compressão em tempo real ; -informa o

percentual da carga da bateria, os alarmes devem ser iniciados emitindo um sinal sonoro e visual, quando a bateria estiver com percentual baixo; -alimentação de 110/220 volts; anula carga interna após 30 segundos se não houver acionamento de botão luminoso de tratamento; **bateria de lithium recarregável de longa duração com capacidade para no mínimo 250 choques e 15 horas de monitoramento e 05 anos em standby; grau de proteção IP 56 -incluso: 01 dispositivo de feedback de RCP** e pás de choque adesivas descartáveis uso adulto; 01 bateria de lithium recarregável, 01 carregador de bateria, 01 cabo USB, 01 bolsa para transporte, 01 manual do usuário. Garantia mínima de 12 meses; registro na ANVISA e boas práticas de fabricação....”

As características de “...**bateria de lithium recarregável de longa duração com capacidade para no mínimo 250 choques e 15 horas de monitoramento e 05 anos em standby; grau de proteção IP 56...**”

DIRECIONAM A APENAS UM FABRICANTE no mercado, ou seja a Marca CMOS DRAKE Modelo LIFE 400 FUTURA .

Vejamos abaixo um Print do Manual registrado na ANVISA na pagina 32 :

4



BATERIA

SOBRE BATERIAS DE LÍTIO

As baterias utilizadas no equipamento possuem o lítio como elemento-base, por possuírem maior capacidade energética, serem mais leves e não viciarem igual as baterias de níquel-cádmio padrão. Ainda assim, a bateria a base de lítio requer cuidados para aumentar sua vida útil.

Recomenda-se que essas baterias sejam armazenadas e operadas em locais frescos, visto que temperaturas extremas (altas ou baixas) acelerem o processo de envelhecimento e perda de carga da bateria. Além disso, o ideal é manter as baterias de lítio sempre carregadas, já que quando há esgotamento total de carga a bateria pode perder sua capacidade de reter carga.

TIPOS DE BATERIA

O Desfibrilador Life 400 Futura é, por padrão de fábrica, fornecido com a bateria Lithium-Ion Standard 2850mAh. Entretanto, qualquer uma das opções de bateria pode ser fornecida conforme solicitação do cliente.

Opção de bateria descartável:

- ✚ Bateria Lithium-Manganese: Bateria de 3500mAh, vida útil de 5 anos em standby, capacidade de até 15 horas de monitoramento ou até 300 choques com carga cheia.

Opções de bateria recarregável:

- ✚ Bateria Lithium-Ion Standard: Bateria de 2850mAh, vida útil de 5 anos em standby, capacidade de até 10 horas de monitoramento ou até 200 choques com carga cheia.
- ✚ Bateria Lithium-Ion Plus: Bateria de 3500mAh, vida útil de 5 anos em standby, capacidade de até 15 horas de monitoramento ou até 300 choques com carga cheia.
- ✚ Bateria Lithium-Polymer: Bateria de 2200mAh, vida útil de 5 anos em standby, capacidade de até 5 horas de monitoramento ou até 140 choques com carga cheia.

Especificações de Segurança

Classificação de Partes Aplicadas

Pás de Choque:

Parte aplicada tipo CF à prova de desfibrilação

SpO₂:

Parte aplicada tipo BF à prova de desfibrilação

ECG:

Parte aplicada tipo CF à prova de desfibrilação

Feedback de RCP:

Parte aplicada tipo CF à prova de desfibrilação

Proteção contra Penetração Nociva de Água IP56

MAN00001_01

www.cmosdrake.com.br

78

Sobre : **“... com grau de proteção IP56 ...”** Existe um mito muito grande com relação a equipamentos com IP de que eles trariam mais segurança a usuários e pacientes, mas isso foi criado pelo mercado como um filtro de concorrência, para barrar concorrências diretas em editais.

Primeiramente a nomenclatura IP vem da norma ABNT NBR 60529 – Graus de proteção providos por invólucros, conhecidos como Índices IP, que vem de Ingress Protection, que significa proteção de entrada, ou seja, baseada na referida norma e nos ensaios por ela definida, um equipamento tem seu grau de entrada de sólidos e líquidos definida, não referenciando seu funcionamento.

O fato de um equipamento ser referenciado por um número IP não significa que ele pode ser utilizado fora de sua condição habitual, ou seja, não é por que um equipamento tem seu grau de IP definido como IPX6 (X- significa não testado e 6 testado contra jatos potentes de água) que um equipamento pode ser usado nessas condições.

Usando um equipamento como desfibrilador como exemplo, mesmo o equipamento tendo a característica IP-69, a mais alta de toda a norma, o equipamento não pode ser usado em ambientes

molhados, estando molhado ou com paciente molhado, por correr o risco de gerar uma fuga de corrente e comprometer o paciente ou a segurança dos usuários.

Outro fato característico é que não possuir IP não compromete a funcionalidade do produto, pois ensaios da norma ABNT NBR 60529 NÃO são requeridos pelas normativas que controlam a regulamentação dos produtos médicos.

O ISIS é o primeiro desfibrilador externo automático bifásico desenvolvido no Brasil, possui mais de 7600 peças fabricadas, exportamos para mais de 60 países, possuímos CE (O único desfibrilador brasileiro com essa característica). A exigência dessa norma que em nada afeta o funcionamento do equipamento ou possui vantagem real pela característica do equipamento compromete que uma empresa de mais de 30 anos de mercado, pioneira no desenvolvimento desses equipamentos em caráter nacional, possa apresentar seu produto que é reconhecido, não só no Brasil como no mundo.

Sendo assim, solicitamos que seja retirado a solicitação de IP 55 no referido processo, uma vez que tal exigência apenas esta restringindo novamente a concorrência e excluindo marcas renomadas como a da ora impugnante a participar da licitação em epigrafe.

Já sobre “...ser dotados de sistema que detecte a frequência e a profundidade das compressões torácicas durante a RPC...” este é um acessório o qual pode ser fornecido individualmente, não necessariamente seja acoplado as pás.

Ate mesmo porque, esta junção entre pás e RCP, gera um alto custo dos equipamentos que se utilizam desta tecnologia no mercado além de ser mais um impeditivo de participação de diversas marcas renomadas no mercado.

Solicitamos que sejam aceitos equipamentos que tenha o Sensor de RCP reutilizável, independente das pás.

Sobre as 15 horas de monitoramento salienta-se que os desfibriladores disponíveis no mercado possuem entre 10 e 12 horas de monitoramento, sendo um tempo razoável entre o socorro da vitima até a chegada de equipe especializada para atendimento do paciente.

A solicitação de 15 horas de monitorização apenas restringe mais uma vez o numero de participantes.

Solicitamos então que sejam aceitos equipamentos os quais tenham no mínimo 10 horas de monitorização, deixando certame com o caráter isonômico entre os participantes.

Sem a modificar o descritivo estará ocorrendo à inobservância dos preceitos fundamentais que norteiam o processo licitatório a Administração deve usar dos princípios inerentes à licitação, assim expressos no Art. 3º da Lei nº 8.666/93 quais sejam: princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, para que haja concorrência no certame.

III. DO DIREITO

A Constituição Federal assegura em seu artigo 37, inciso XXI que a Administração deverá assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, desta forma, não poderá restringir a competitividade entre eles.

Ademais prevê o caput do artigo 3º e o § 1º, I da Lei 8.666/93 que:

“Artigo 3º da Lei 8.666/93: ” A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia** e a selecionar a proposta **mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em **estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.**

Neste sentido é a posição majoritária da jurisprudência:

“Licitação. Por nula se haverá a cláusula constante em edital de licitação que, sem fundamento legal, **restringe a participação de licitantes.** (TRF 5ª Região. Decisão 31.5.1994 - Proc. 0541758/94-CE

1ª Turma. DJ 26.08.94 p. 46.486 - Rel. Juiz Hugo Machado) (grifos nossos).

“Licitação. Edital. Anulação. Exigência violadora do princípio da igualdade, restringindo o caráter competitivo do procedimento.

Cláusula discriminatória. Art. 37, inciso, XXI, da Constituição da República, e, 3º, § 1º do DL. nº 2.300/86. A regra geral na licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimonioso e criterioso ao fixar requisitos, pois **são proibidas as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.**” (TJ/SP, Ap. Civ. nº 225567-1, Des. Alfredo Migliore, 25/05/95, JTJ, Vol. 172, p. 109) grifos nossos

“Administrativo. Licitação. Princípio da igualdade dos licitantes. Interpretação da Constituição Federal vigente e da anterior. A Administração Pública deve ser desempenhada com a observância de quatro princípios básicos, quais sejam, o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade e o da igualdade. O princípio da igualdade foi acolhido pela CF de 1967, embora em termos relativos, face à existência de restrições legais à sua aplicabilidade. Ao contrário, o mesmo princípio, por ocasião do advento da CF de 1988, foi incorporado ao ordenamento jurídico, em termos absolutos, sem comportar exceções.” (TRF-5ªR., Ap. em MS nº 1.039, Juiz Nereu Santos, 20/11/90, JSTJ e TRF, vol. 29, p.527) grifos nossos

Assim nos dá uma aula o Ilustre Mestre Marçal Justen Filho:

“A isonomia significa, de modo geral, o livre acesso de todo e qualquer interessado à disputa pela contratação com a Administração. Como decorrência direta e imediata da isonomia, é vedado à Administração escolher um particular sem observância de um procedimento seletivo adequado e prévio, em que sejam estabelecidas exigências proporcionadas à natureza o objeto a ser executado.

*Sob esse ângulo, a isonomia significa o direito de cada particular de participar na disputa pela contratação administrativa, **configurando-se a invalidade de restrições abusivas, desnecessárias ou injustificadas.** Trata-se, então,*

da isonomia como tutela dos interesses individuais de cada sujeito particular potencialmente interessado em ser contratado pela Administração.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 14ª edição, São Paulo, Dialética, 2010, pg.69).

A isonomia é considerada também como uma manifestação diretamente relacionada com o interesse coletivo, objetivando buscar a ampliação da disputa, e neste sentido continua a nos ensinar Marçal Justen Filho:

“A ampliação da disputa significa a multiplicação de ofertas e a efetiva competição entre os agentes econômicos. Como decorrência da disputa, produz-se a redução dos preços e a elevação da qualidade das ofertas, o que se traduz em contratações mais vantajosas para a Administração.

Sob esse prisma, a isonomia reflete proteção aos interesses coletivos. Todo e qualquer integrante da comunidade, mesmo que não potencialmente em condições de participar de uma licitação, tem interesse na ampliação da disputa, na eliminação de exigências abusivas ou desnecessárias. Assim se passa porque a ampliação do universo de licitantes propicia a redução dos gastos públicos.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 14ª edição, São Paulo, Dialética, 2010, pgs. 69 e 70) (grifos nossos)

E ainda, o Ilustre doutrinador Raul Armando Mendes, quando ensina:

*“(…) para que o **princípio da igualdade ou da isonomia prevaleça no procedimento licitatório**, é necessário que a Administração se mantenha imparcial, neutra, alheia aos interesses dos proponentes, para objetivar apenas o mais idôneo e com a proposta mais vantajosa para o contrato.” (grifos nossos)*

Assim, para que tal princípio seja respeitado, o § 1º expressamente reprovava tais condutas, emitindo proibição dirigida aos responsáveis pela elaboração, aprovação, ratificação ou homologação dos atos convocatórios, e ainda àqueles que tendo conhecimento de tais defeitos, toleram tais restrições.

Não obstante, é importante ressaltar que a comissão deve descrever o produto solicitado da forma mais abrangente possível, a fim de buscar a proposta mais vantajosa em um número maior de licitantes.

Diante de tais obstáculos, vimo-nos prejudicados em nosso direito de participar da presente licitação, portanto, para que seja atendido o princípio da razoabilidade previsto na Lei de Licitação, faz-se necessário a revisão do objeto do Edital, para que não haja prejuízo para a licitante.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, conclui-se que a Administração Pública tem o dever de atentar para os princípios que norteiam a concorrência pública, objetivando resguardar o interesse público. Senhor (a) Pregoeiro (a) em que pese os fatos alegados e diante do que pode-se observar o descritivo do item 07 Desfibrilador deve ser alterado, pois a manutenção do edital na forma que se encontra impede a competitividade no certame, e deixa de fora produtos de qualidade igual ou superior ao que está sendo solicitado.

Sendo assim, considerando que o procedimento licitatório deve ser pautado e ser promovido em busca da proposta mais vantajosa ao ente licitante e SEMPRE em prol do INTERESSE PÚBLICO, é de rigor o **cancelamento do presente Instrumento Convocatório, ou a reformulação do descritivo do item 07** do contrário todo o procedimento restará maculado, viciado e NULO.

Porto Alegre, 19 de Julho de 2019.

90.909.631/0001-10
INSTRAMED
Indústria Médico Hospitalar Ltda
Beco José Paris, 339/19.
Sarandi - CEP: 91140-310
PORTO ALEGRE - RS


INSTRAMED IND. MÉD HOSPITALAR LTDA.
ARTHUR JORGE DE ALMEIDA MORAES
Gerente Geral – Procurador
RG 2121145714 SSP/RS
CPF: 511.125.237-15